

As desventuras políticas dum 'clerc': Rodrigues Lapa

Norberto Ferreira da Cunha

1

A assunção da meritocracia

A política foi sempre objecto de maior ou menor apetência e intervenção das élites. Com a recessão setecentista do providencialismo divino e a secularização do poder político, por um lado, e, por outro, com a assunção categórica do individualismo (sobretudo, por obra do protestantismo e do cartesianismo) e dum novo paradigma de inteligibilidade do homem, caucionado, gnoseologicamente, por uma razão natural, "geométrica" e experimental, as élites, que controlavam os saberes científico-naturais, chamaram, também, a si, o controle dos critérios da verdade e do bem, e, conseqüentemente, os fundamentos não só dos saberes e poderes da sua "especialidade" mas dos saberes e poderes "in genere". Deste modo, desde as Luzes e por obra delas, o poder, na sua legitimação, se foi submetendo, cada vez mais a uma matriz científico-natural e, no seu exercício, a capacidades científico-técnicas e instrumentais cada vez mais especializadas. Esta crescente subordinação do poder aos saberes racionais, de matriz empirista e científico-técnica, gerou,

por via das suas ambições holistas, uma verdadeira revolução nos pontos de referência fundamentais do conhecimento do homem e da sociedade, como sejam: a precedência natural dos direitos da razão sobre os direitos da história, o presente como medida lógica do passado, a identificação deste com o erro e a superstição (na melhor das hipóteses, como infância da Humanidade), a precedência do mérito próprio sobre o mérito hereditário e dos chamados Direitos Humanos e do Cidadão sobre os direitos da sociedade. É nestas precedências, alegadamente verdadeiras porque procedem duma “razão pura”, que o individualismo ilustrado e os seus prosélitos assentam a sua defesa da meritocracia. A meritocracia é, pois, coisa do individualismo e do critério omnisciente e onipotente duma razão (razão, em princípio, anti-histórica e até, pretensamente, transhistórica, que tem no progresso a expressão da sua autonomia e perfectibilidade), que desvaloriza os imperativos sociais de que não é a “medida” e fonte de legitimação, que subalterniza – quando não despreza – a tradição e a história que não a exaltam ou a ela se não subordinam.

Mas embora o critério de valor da meritocracia esteja na razão directa da autonomia individual e do progresso (no sentido iluminista e liberal) que essa autonomia é capaz de gerar, embora sobrevalorize a acção em detrimento da contemplação, isso não quer dizer, que tenha desvalorizado o conhecimento. Pelo contrário! O que é desvalorizado é um determinado tipo de saber contemplativo e heteronómico que vinculava o devir a uma ordem categórica, eterna e imutável a favor dum determinado tipo de saber activo, autónomo, que submete o devir a uma ordem imanente que lhe é imposta pela “ratio” humana. Não há, portanto, da parte da meritocracia, uma devalorização do conhecimento relativamente à acção. O que a meritocracia defende é que a acção (e os poderes donde dimanam) não devem subordinar-se à rotina das inércias sociais (controladas pelas elites hereditárias) mas submeter-se ao cadinho acrisolador do conhecimento (que a burguesia ilustrada detém). As elites intelectuais são, pois, na sua matriz originária, de extração burguesa. E o liberalismo não só acentuará esta liderança intelectual e política da classe burguesa como não deixará de acentuar a conexão entre o saber e o poder, identificando o primeiro com um saber cada vez mais especializado e técnico e o segundo com um poder cada vez mais diferenciado e complexo. Daí que,

no século XX, as élites burguesas apareçam como as “especialistas” na resolução de problemas que envolvam os direitos do homem, o bem-estar social, o progresso, o conhecimento da verdade e do bem, a luta contra o obscurantismo, contra o erro, contra as superstições, etc. É esta legitimidade histórica, que subjaz e conduz ao intervencionismo cívico e político dos intelectuais e dos “especialistas” (universitários ou não) deste século, no número dos quais se inclui Rodrigues Lapa (1897-1989).

2

As possíveis razões da sua intervenção cívica e política

Rodrigues Lapa, como Le Goff e Benda – que a propósito invoca – era da opinião que cabia, aos intelectuais, quer o ofício de pensar e ensinar o seu pensamento quer a defesa, organizada em corporação, da justiça e da verdade¹; enfim, cabia-lhes – como outrora tinham defendido os seareiros – agir em conformidade com uma “moralidade de consciência” (expressão de Proença), com um triplo objectivo: “prestar culto à verdade, doa a quem doer; promover a justiça, distribuída por todos sem excepção; e defender intransigentemente a liberdade do individuo e da Nação. Em suma: realizar plenamente a Democracia, na sua mais pura forma”². Para cumprir estes objectivos, o intelectual “por vocação” não se deveria comprometer com qualquer grupo ou partido político, tanto mais que esse compromisso o impedia de discutir os programas e realizações partidárias³. Mas esse descompromisso partidário não implicava a sua abstenção ideológica e política. Como adverte Rodrigues Lapa, seguindo Benda, “há momentos excepcionais, (...) em que o homem de letras pode intervir na acção política, num intuito de esclarecimento e para a defesa de valores de que depende a própria dignidade do homem”⁴; cabe, porém, à sua consciência – e só a ela e não aos interesses temporais e às ordens de qualquer facção – decidir quando essa intervenção se deve fazer⁵. Por isso, nos tempos de crise, um “verdadeiro mestre” assim

como um verdadeiro escritor não traiem a sua missão de intelectuais – pelo contrário! – se puserem, acima da sua profissão, “o interesse superior da Nação”, ou seja, as aspirações do povo, o seu “anseio de liberdade e de justiça” que devem defender, estreneamente, com as armas da inteligência e da persuasão (nunca da violência!) e, mesmo, com o empenhamento na propaganda política, se necessário fôr⁶. Quanto aos partidos, segundo Lapa, só tinham a ganhar com esta autonomia dos intelectuais, pois deste modo se salvaguardava a inteligência explicativa da sua prática⁷. No entanto, defendeu que, em tempos normais, ou seja, quando as instituições funcionavam em liberdade, a função interventora dos intelectuais devia ser assegurada pelos políticos de carreira, tanto mais que os homens de letras não eram, não podiam ser, nem convinha que fossem “políticos”⁸.

3

Na *Seara Nova* e na *unidade da Oposição* ao Estado Novo

Mas como intervir, eficazmente, na esfera política, salvaguardando a independência intelectual? Optando, estrategicamente, pelo alinhamento transpartidário; o que Rodrigues Lapa fez, a partir de 1929, alinhando no grupo da *Seara Nova*; atitude favorecida quer por um factor de ordem psicológica – ser “um homem sem ambições políticas e sem jeito para a política, como se entende geralmente”⁹ quer pela sua intransigente defesa da *unidade* da Oposição ao Estado Novo (com a deliberada subalternização, a este objectivo, das diferenças ideológicas). Detenhamo-nos nas razões desta estratégia, dado que é ela que, efectivamente, enquadra, institucionalmente, a opção política de Lapa e salvaguardará a sua independência intelectual.

A *Seara Nova* fôra constituída, em 1921, por um escol de intelectuais com um duplo objectivo: em primeiro lugar, denunciar e combater os governantes e clientelas partidárias que se tinham apropriado da República e a tinham

corrompido para satisfação de interesses egoístas, imorais e plutocráticos; em segundo lugar, formar uma opinião pública esclarecida, uma “luminosa e firme consciência nacional” capaz de obrigar os dirigentes políticos e não políticos a respeitar os mais genuínos ideais do 5 de Outubro de 1910 e, sobretudo, em conformidade com os novos tempos, obrigá-los a reorientar a governação no sentido do “triunfo do socialismo”, “dentro da ordem, dos métodos democráticos e desse espírito de realidades sem o qual são inteiramente ilusórias quaisquer reformas sociais”¹⁰. Mas tão ou mais importantes que estes objectivos – que Lapa veio a subscrever quando entrou na *Seara* – foi quer a atitude, deliberadamente, transpartidária (mas não antipartidária) do Grupo, mediante a qual procurou furtar-se aos constrangimentos dos partidos, demarcar-se da sua práxis e mobilizar consensos para uma política de “salvação” e redenção” nacionais¹¹ quer a ênfase que pôs no método de pensar (o racionalismo crítico, científico e idealista) na sua faina paidéutica e no seu fervoroso apostolado laico¹². Não quer isto dizer que a *Seara* desvalorizasse o seu ideário. Mas também não deixa de ser verdade que o próprio Lapa reconhecia “a impossibilidade teórica de agrupar todos os seareiros sob um mesmo credo, uma só bandeira”¹³, o que decorria do seu vínculo ser de ordem moral e, portanto, duma abstracção e fluidez ausente dos vínculos dos “negócios da política”¹⁴. Por outro lado, os seareiros acreditavam que entre o método de pensar que preconizavam e o seu ideário existia uma conexão essencial, de tal modo que do exercício do primeiro decorreria, inevitavelmente, o segundo, como um corolário; ideário genérico (a sua minudência provocaria demasiados constrangimentos), que – como disse Lapa – embora não escrito, estava impresso no “coração” dos seareiros e se impunha à sua consciência moral como “um breviário invisível”, cujo cumprimento realizaria um “socialismo eficiente” – que não se confundia com o radicalismo jacobino e anticlerical – aberto a todas as inovações e respeitador escrupuloso das “liberdades fundamentais”¹⁵. Enfim, o transpartidarismo e a tónica no método permitiram aos seareiros – como dirá Lapa a Sottomayor Cardia, em 23 de Janeiro de 1975 – usufruir da mais completa liberdade de opinião, não se sujeitar a esquemas rígidos nem se enfeudar a nenhum partido, podendo criticar, à vontade, os seus programas e realizações¹⁶. Mas a imposição seareira da subordinação da doutrina ao método não implicava a subordinação da política à filosofia, ou, dito de outro modo, da *praxis* à

especulação. Como disse Rodrigues Lapa a José Bacelar, em 2 de Agosto de 1945, “nós (os seareiros) não somos propriamente filósofos, somos principalmente políticos; e, compreendendo embora tudo e usando eventualmente de outras filosofias, só nos serve, por sistema, a filosofia que melhor condiz com a nossa política. (...) na *Seara* procuramos a reforma da sociedade, especialmente a reforma da sociedade portuguesa num determinado sentido, muito mais que uma explicação do mundo. É esta a razão por que temos de sacrificar, nos grandes momentos, a filosofia à política, o absoluto ao relativo”¹⁷. É, portanto, a reforma “cívica e pedagógica – política, digamos, na acepção mais ampla da palavra”, que os seareiros procuram¹⁸. Sejam mais precisos, para não ficarmos com a ideia de que Lapa defendia a subordinação *tout court* da filosofia à política. Para ele a esfera do “político” estava na “essência de toda a actividade do homem como ser convivente” e, por isso, tinha prioridade *prática* sobre a filosofia, devendo não só uma mas todas servir para interpretar essa prática, embora fosse de opinião que a filosofia que melhor respondia aos problemas da prática era o racionalismo crítico, idealista e científico, sem deixar de ter em conta que a própria razão tinha limites¹⁹. Esta subordinação funcional da filosofia à política, não subalternizava ou minimizava o que a *Seara Nova* sempre fôra e mais do que nunca deveria continuar a ser: “um órgão autêntico de democracia social, com todas as suas honras e todos os seus riscos”²⁰; nem fazia dos seareiros – como salientou Lapa – “políticos vulgares”, pois, diferentemente destes, tinham “uma filosofia, uma cultura e uma elevada moral”²¹. Mas se este pragmatismo político dos seareiros não se confundia com oportunismo, a sua aparente sobrevalorização por parte da direcção da *Seara Nova* não deixou de provocar algum mal-estar e inconformismo em alguns membros do Grupo que não o subscreviam – como António Sérgio e Sant’Anna Dionísio. Por isso, em 1939, Sérgio acusará os seus correligionários seareiros de jacobinos, cegos e estreitos (segundo a interpretação feita por Lapa numa carta daquele a Câmara Reys)²² e Sant’Anna Dionísio, em 1946, acusá-los-á de sectários²³, esquecendo o primeiro que a *Seara* não sacrificava a unidade de Oposição ao “catecismo” de qualquer dos seus membros e o segundo, que a *Seara*, embora tolerante em matéria de doutrina, era intransigente na defesa do racionalismo crítico, idealista e, metodologicamente, científico, por ela considerado condição *sine qua non* da mentalidade democrática e pluralista, do amor à verdade e à

justiça social²⁴. Mesmo depois do 25 de Abril de 1974, Rodrigues Lapa, continuará a defender, ciosamente, a sua independência intelectual; mostram-no a sua recusa em filiar-se no *Partido Socialista* com o qual simpatizava e o abandono da direcção da *Seara Nova* – “cada vez mais, uma simples agência do Partido Comunista Português”, como disse²⁵ – incompatibilizado com o controle, a censura e a hegemonia ideológicas que este partido impusera à revista, em nome dos interesses dos trabalhadores, triunfalmente, usurpados e embandeirados, de modo inadmissível e despudorado²⁶.

A outra via de Rodrigues Lapa para salvaguardar os intelectuais de compromissos político-partidários e das “facções” e, tornar, simultaneamente, eficaz a sua actuação política com vista ao derrube do regime e à instauração da democracia, foi a intransigente defesa da *unidade* de todas forças da Oposição, independentemente da sua opção ideológica. É em nome da defesa dessa unidade que Lapa apela a que “os casos” Sérgio e Sant’Anna Dionísio não se convertam em escândalos públicos susceptíveis de serem aproveitados pelo regime; é em nome dessa unidade que sofre a incompreensão de Lopes Graça, que o acusa de ser um “homem encadeado”, quando dirigia *O Diabo*²⁷, só porque Lapa alfinetara a *Presença* (onde Lopes Graça colaborara) com o epíteto de “estufa arrumada e tépida” pelo facto dos seus colaboradores, em vez de virem para a praça pública – como faziam os d’*O Diabo* e do *Manifesto* (de Coimbra) – disputar, palmo a palmo, a nossa existência de homens, através dum “idealismo activo” e duma “literatura militante” e reformadora, se deleitarem na contemplação da “pura essência do espirito”²⁸; é em nome dessa unidade que, pela sua parte, não se opõe ao regresso de Sérgio à *Seara*, muito embora o condicione à satisfação de várias condições que salvaguardem a unidade e a linha de rumo político, filosófico e moral do Grupo²⁹. É também em nome da unidade da Oposição, que subscreve, em 1945, o “manifesto” do *Movimento de Unidade Democrática (MUD)* e participa, activamente, em 1949, na candidatura de Norton de Matos³⁰. É em nome da unidade da Oposição – e só desta – que, a convite de Pinto Gonçalves, aceita colaborar com o *Movimento Nacional Democrático* que se propunha – como diz Mário Soares – ser o prolongamento frentista do *MUD* (de 1945) e da candidatura de Norton de Matos, condicionando, no entanto, a sua colaboração à não difusão, pelo Movimento, de uma qualquer ideologia (a

coberto da unidade) e ao respeito por todas as facções oposicionistas e suas tendências ideológicas³¹. E Rodrigues Lapa não ignorava que o *MND* estava conotado com o *PCP* e que dele estavam ausentes quase todos os liberais e democratas que tinham dirigido o *MUD*³². É também em nome da unidade contra os totalitarismos que, a pedido de Ilse Losa, subscreve, em 1955, um texto congratulatório a enviar ao escritor Thomas Mann, por ocasião do seu 80.º aniversário, condicionando, porém, a sua assinatura à não exclusão de todos aqueles que tenham lutado contra o fascismo, fosse qual fosse a sua opção política³³. Igualmente, na resposta ao convite de um Grupo de republicanos de Aveiro, feito em 1956, para estar presente nas comemorações do 31 de Janeiro (onde não compareceu por falta de saúde), para além de salientar a sua unidade exemplar, disse ainda que “a liberdade e a dignidade civil não se reconquistam com ânimos desavindos”, mas lutando de um mesmo lado da trincheira³⁴. Por fim, na abertura do II Congresso Republicano de Aveiro, em 1969, não deixará de apelar, uma vez mais, à unidade dos democratas de todos os quadrantes (monárquicos, liberais e socialistas) contra a Ditadura³⁵.

Mas se Rodrigues Lapa defendeu a estratégia da unidade da Oposição, nem sempre a seguiu. Como em relação ao general Humberto Delgado, com o qual teve um desaguisado, em 1959, no Brasil, na ressaca do malogro da candidatura presidencial³⁶. Em várias razões justificara o seu pouco apreço pelos militares: a sua convicção, por mais de uma vez assinalada, de que “a tropa é o mal absoluto”³⁷, que a disciplina e educação militares são contrárias ao espírito da democracia e ao espírito da educação moderna (por isso considerava um grave erro e uma leviandade, acreditar na *vocação democrática das forças armadas*)³⁸, que a “tropa” traz consigo todos os outros males: “o obscurantismo clerical, a voracidade sem limites da plutocracia, a vileza sem igual da Censura, a miséria coroada de rosas”³⁹. Curiosamente, também um militar exilado no Brasil e empenhado na oposição ao Salazarismo – o capitão Fernando Queiroga – dirá que o espírito militarista não só era, por natureza, autoritário e conservador mas que os militares de carreira eram insensíveis às mais elementares reivindicações populares, ingénuos face às manobras capitalistas e apenas obsecados pela necessidade de ordem nas ruas⁴⁰. Um segunda razão para a oposição de Lapa a Humberto Delgado estava na pouca

confiança que este lhe merecia, pelos seus antecedentes políticos. Humberto Delgado – para Lapa – era um revivalista do “28 de Maio”, – opinião também compartilhada por Casais Monteiro – que atacara, soezmente, as mais gradas figuras da I República (na obra *Da pulhice do homo sapiens*, 1933), que colaborara, sem reбуço, com a Ditadura durante quase 30 anos e que, durante a sua estadia no Brasil, em 1959, tivera para com os emigrados políticos portugueses uma conduta sobranceira, arrogante e arbitrária, indigna dum ex-candidato a Presidente de todos os Portugueses ⁴¹. Poder-se-ia pensar que estas reservas de Lapa sobre a vocação democrática das forças armadas – reservas extensivas aos militares do *25 de Abril*, para os quais pediu, publicamente, um voto de “confiança” mas não “um crédito ilimitado” – não era tão categórica quanto pretendia fazer crer, pois apoiara, activamente, a candidatura de Norton de Matos, em 1949. Como entender, então, estes dois pesos e duas medidas por parte de um homem que fazia gala de uma só palavra? Lapa admitia excepções à regra da não democraticidade dos militares. Norton de Matos era uma dessas raras excepções. Não porque tivesse dado a sua palavra de honra de soldado de que restabeleceria a democracia e daria satisfação às aspirações populares ⁴², mas pelo seu inequívoco passado republicano: fôra antigo e destacado membro do Partido Democrático, tenaz combatente da Ditadura de Pimenta de Castro e do Sidonismo, preso e deportado para Ponta Delgada na sequência do golpe de 7 de Fevereiro de 1927, Grão-Mestre do *Grande Oriente Lusitano Unido* (eleito em 1929), compulsivamente demitido do ensino universitário em 1935, presidente do *MUNAF* em 1943, à frente do *MUD* (como presidente honorário) em 1945, etc.⁴³. Enfim, o passado de Norton de Matos dava inequívocas garantias duma idoneidade política e proselitismo democrático que não davam o passado e a conduta de Humberto Delgado.

4 O Estado Novo

O alvo imediato da intervenção política de Rodrigues Lapa era a queda da “ditadura mendaz, incapaz e ladravaz”⁴⁴, de Salazar – como a denominou – que considerava, além de um “chiqueiro”, uma afronta e uma vergonha perante os demais países da Europa, que nos olhavam como “cafres”⁴⁵. Com este anátema, em parte inspirado em António Vieira, Lapa chamava a si o profetismo patriótico do ilustre jesuíta, denunciando, indirectamente, a miopia, a violência inquisitorial e o medo impostos pelo regime. Mas na luta encarniçada contra este, as análises de Rodrigues Lapa desfocaram, por vezes, a perspectiva histórica – como, argutamente, o advertira Joaquim de Carvalho, em 1932 – convertendo-se em armas numa “política de Sansão” (tudo deitar abaixo e tudo começar de novo), com todas as nefastas consequências que daí decorreriam⁴⁶. É verdade que Rodrigues Lapa tinha fortes razões de queixa contra o regime e, provavelmente, aquela que mais o eriçava, para além das injustiças sociais existentes, era a violação do sagrado direito do “proletariado intelectual” (a expressão é dele) à liberdade de pensamento – “a mais irrestrita e real”, como defendeu Casais Monteiro⁴⁷. Segundo Lapa, este atropelo aos Direitos do Homem e do Cidadão pela Ditadura era a consequência da intrínseca perversidade de todo o poder pessoal e idolátrico e da imposição das suas instituições descricionárias e punitivas, com o subsequente e inenarrável “pavor zoológico” e corrupção⁴⁸. Daí os múltiplos confrontos de Rodrigues Lapa com o regime: o primeiro ocorreu em 1933, na sua conferência sobre *A Política do Idioma e as Universidades*, por ele pronunciada, em meados de Fevereiro, a convite d’*O Século*⁴⁹. Ignorando o pedido do seu anfitrião, João Pereira Rosa, que, previamente, o advertira para a necessidade de moderação, face à vigilância da Censura⁵⁰, Lapa zurziu, impiedosa e causticamente, o ensino ministrado na Faculdade de Letras de Lisboa e o ensino universitário em geral. Fê-lo – como disse nas corajosas palavras que precederam a sua conferência – “sem ligações nem compromissos de qualquer espécie, (...) como um homem livre (...) que não consente a menor restrição à sua liberdade de pensar e dá aos outros em troca o pleníssimo direito de pensarem como lhes aprouver”,

consciente de que ia “sendo tempo de se falar *português*, isto é, *alto e em bom som*”, apesar das limitações impostas pelo regime⁵¹. E falou. Como era de esperar, a catilinária de Rodrigues Lapa contra a sua Universidade não ficou impune; o ilustre filólogo viu o seu contrato rescindido, situação que, no entanto, logo de seguida, conseguiu contornar, reentrando, por concurso, no mesmo ano de 1933, para professor auxiliar da mesma Universidade. Mas Rodrigues Lapa criara inimigos. E por isso não surpreende que tenha sido abrangido pela resolução do Conselho de Ministros de 14 de Maio de 1935, publicada, dois dias depois, na I Série do *Diário do Governo*, onde é demitido das suas funções de professor da Faculdade de Letras de Lisboa, integrando uma lista de que faziam parte, entre outros, Adelino Hermínio da Palma Carlos, os generais Mendes Cabeçadas e Norton de Matos, os drs. Sílvio de Lima, Aurélio Quintanilha, Abel Salazar e os professores Eduardo Ferreira dos Santos Silva e Mem Verdial. As razões invocadas pelo governo da Ditadura para justificar este banimento colectivo foram o art.º 1.º do Decreto-lei n.º 25:317, de 13 de Maio de 1935 e o art.º 6.º da Constituição Política da Nação. O art.º 1.º do citado decreto-lei dizia o seguinte: “os funcionários ou empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política, ou não dêem garantia de cooperar na realização dos fins superiores do Estado, serão aposentados ou reformados, se a isso tiverem direito, ou demitidos em caso contrário”. Quanto ao art.º 6.º da Constituição, o seu objectivo fundamental, segundo o preâmbulo do citado decreto, era a defesa das instituições e da unidade moral e jurídica da Nação. Portanto, à face da lei, Rodrigues Lapa foi demitido porque não só não cooperou com o Estado – conforme lhe era exigido pelo artigo 22.º da Constituição (dada a sua condição de funcionário público) – como lhe opôs uma resistência hostil quer no exercício das suas funções quer fóra delas, servindo-se do seu prestígio e autoridade para perturbar a vida da Nação e subverter as suas instituições.

Esta exoneração criou a Rodrigues Lapa uma situação profissional difícil. Por razões de sobrevivência, como ele mesmo dirá, lançou-se na edição crítica dos *Clássicos* Sá da Costa e na edição de “textos literários” da *Seara Nova* e até pediu, nos fins de 1935, ao secretário do *British Council*, Walter Adams, uma bolsa para o estrangeiro⁵². Simultaneamente, assumiu, a partir de 17

Novembro desse ano de 1935 (até Fevereiro de 1937) a direcção d' *O Diabo*, "semanário de crítica literária e artística", do qual procurou fazer um "protesto incessante e intransigente contra o regime" e uma tribuna cultural e pedagógica semelhante à *Seara Nova* ⁵³. E conseguiu-o, pois embora o semanário, por limitações à liberdade de expressão, não pudesse ser mais do que um baluarte de defesa do realismo artístico, do carácter social da arte e do empenhamento político dos artistas, nele colaboraram algumas das figuras mais aguerridas da Oposição ao Estado Novo – como Ferreira de Castro, Rodrigues Miguéis, Julião Quintinha, Mário Dionísio, Henrique de Barros, Ferreira de Macedo, Fernando Lopes Graça, Jaime Brasil, Macedo Mendes, Heliodoro Caldeira, Abel Salazar, Alvaro Cunhal, António Ramos de Almeida, Augusto Abelaira, Gomes Ferreira e tantos outros ⁵⁴. A que se deve esta ligação de Rodrigues Lapa ao *Diabo*, se já tinha a trincheira oposicionista da *Seara*? Será que Lapa radicalizara as suas opções políticas à esquerda, passando a ser um "*Homem encadeado*" e não o "*Homem Livre*, (...) das *Origens da poesia trovadoresca em Portugal*", imprimindo ao semanário que dirigia princípios duma unilateralidade de tal modo rígida que se tinham tornado irredutíveis e incompatíveis com os de Lopes Graça, como este mesmo lhe afirma, em carta de 27 de Junho de 1936 ⁵⁵? Não me parece. Como já atrás referimos, a acusação de Lopes Graça, derivava do despreço explícito e ostensivo de Lapa para com a *Presença*, onde não vislumbrava uma "literatura militante", socialmente comprometida, a *única* que parecia valorizar, ignorando, deliberadamente, o valor estético-literário dos presencistas, como, certamente, lhe lembrou Lopes Graça ⁵⁶. Todavia, não podemos deixar, também, de lembrar que Rodrigues Lapa, perante as circunstâncias políticas em que se vivia no país (a Ditadura) e os "interesses superiores da Nação" (liberdade e justiça social), achava um desperdício de energias e uma "traição" intelectual que o escritor não desse às suas obras um cunho imediatamente social, mesmo político ⁵⁷.

Com o desenlace da II Guerra Mundial a favor dos Aliados, Rodrigues Lapa esperava – como esperava a Oposição – "que se caminhasse para uma solução pacífica do problema político, por meio de umas eleições razoavelmente livres" ⁵⁸, cessando, enfim, a Ditadura sob que tinhamos vivido até então ⁵⁹. Salazar, embora contrariado, parecia não se opôr à mudança através

da consulta popular. É neste contexto de mudança, que por proposta de Orlando Ribeiro, o Conselho Científico da Faculdade de Letras aprova, por unanimidade, que se promova a readmissão de Lapa⁶⁰, proposta que este, no entanto, rejeitou, argumentando com a sua incompatibilidade com a Ditadura, com a reparação, que lhe era devida, pelos danos materiais e morais de mais de 10 anos de ausência compulsiva, com a ausência de camaradagem que, certamente, iria encontrar e com a solidariedade que devia a outros professores demitidos (como ele), que muito tinham honrado as cátedras universitárias, como era o caso de Aurélio Quintanilha e Abel Salazar, entre outros⁶¹. Mas, na verdade, Lapa, para além das razões invocadas para rejeitar a readmissão, tinha a secreta esperança – confessada a Hernâni Cidade na carta que temos vindo a seguir – que, em breve, se encontrariam todos reconduzidos nos seus lugares⁶². Mas enganou-se. É certo que o *Movimento de Unidade Democrática*, constituído no início de Outubro de 1945, simultaneamente em Lisboa e Leiria, por elementos originários da *União Socialista* (vindo a incluir, imediatamente depois, os representantes dos velhos partidos republicanos e os comunistas agrupados no *Movimento de Unidade Anti-Fascista* ou MUNAF)⁶³, rapidamente, movimentara e galvanizara a opinião pública, parecendo, suficientemente, pujante para coagir o governo, no quadro da conjuntura política internacional, a realizar eleições livres⁶⁴; de tal modo que – segundo uma testemunha que viveu, por dentro, esses acontecimentos – nem mesmo no tempo de Humberto Delgado “se sentiu tanto o fermento de uma autêntica revolução”⁶⁵, ao ponto de quase ninguém duvidar que chegara “a hora da libertação. (...) a despeito de se saber quem governava, como governava e para que governava”⁶⁶. Não surpreende, pois, o entusiasmo de Rodrigues Lapa, que, impossibilitado de comparecer, por motivos de falta de saúde, a uma reunião política do seareiros, em Lisboa, fez saber a Câmara Reys, em carta de 18 de Outubro, que *em tudo* os acompanhava “como um soldado que marcha atrás, um pouco estropiado, mas cujo fervor não é menor que o dos que vão à frente”⁶⁷. Mas o *MUD* – para além de ludibriado pela astúcia do regime de Salazar, como bem mostrou José Magalhães Godinho⁶⁸ – acabou, também, por ser vítima das suas divisões internas e duma clamorosa ingenuidade política⁶⁹. A pedido dum grupo de militares oposicionistas que, alegadamente, se propunha derrubar o regime pela força mas que não queriam que o poder caísse na “rua”, o *MUD*

suspendeu a propaganda eleitoral por um mês; por sua vez, a pedido do Ministério do Interior, a Comissão Central do *MUD* de Lisboa entregou-lhe, para confirmação da veracidade das assinaturas (o que não fez a Comissão do Porto), as listas de cidadãos que tinham subscrito o pedido de eleições livres, entrega que veio a desencadear, por parte do Governo, fortes represálias sobre os seus signatários, que foram desde a perseguição e preterição nos lugares de trabalho até à transferência, demissão compulsiva e prisão ⁷⁰. Esta ingenuidade política que, para Mário Soares, é dificilmente explicável, atribui-a José Magalhães Godinho, a um imperativo de moralidade e transparência do Movimento e à vontade de colaborar, sem reservas, com os militares oposicionistas ⁷¹. Imagine-se os efeitos, sobre Rodrigues Lapa, deste malogro eleitoral e da armadilha que o Governo montou à Oposição. Doravante, a sua convicção é de que o governo não cederá, na questão do regime, senão pela violência, inclusivé, não terá pejo em recorrer à guerra civil para se perpetuar, como confessa exasperado a Seabra Cascão, em carta de 19 de Outubro de 1945 ⁷². Aliás, o seu desespero é manifesto, quer quando diz a Câmara Reys, em carta de 7 de Setembro de 1946, que não irá a qualquer reunião, em Lisboa, se antes, não lhe garantirem, que “acabou a Ditadura e que o Salazar e mais sequazes foram deitados ao Tejo” ⁷³ quer quando, no ano seguinte, já depois da malograda tentativa do golpe de Estado de Abril de 1947 e, sobretudo, da demissão, em Junho, de vinte e seis professores universitários, afastados pelas suas opiniões democráticas, compara Portugal a um “chiqueiro” ⁷⁴.

No entanto, em Janeiro de 1949, surge de novo a oportunidade do ajustes de contas com o regime de Salazar, através da candidatura oposicionista de Norton de Matos, lançada em Julho do ano anterior ⁷⁵. Mas apesar do país se ter manifestado uma vez mais contra o regime – segundo Alexandre Babo, o comício do Campo do Hípico, no Porto, juntou mais de cem mil pessoas (número manifestamente exagerado) ⁷⁶, – a verdade é que agora uma diferença marcava e atenuava o entusiasmo relativamente a 1945: a experiência traumática do *MUD*, as clivagens políticas entre os oposicionistas (partidários, uns, das democracias ocidentais, outros do socialismo soviético) e o conhecimento de que o regime não deixaria de usar todos os meios para inviabilizar a mudança ⁷⁷. E, efectivamente, estes factores pesaram. Mas

Rodrigues Lapa nem por isso deixou de se empenhar na mudança, pois era da opinião – como disse ao *Diário de Lisboa* em 5 de Janeiro de 1949 – que o dever do escritor era “servir as aspirações do povo, comungar com ele no seu anseio de liberdade e justiça”, o que passava pelo derrube do regime retrógrado e passadista que há anos nos desgovernava, oprimia e fazia de nós os “cafres da Europa”⁷⁸. Evidentemente, este afrontamento ao regime, por parte de Lapa, não ficou impune. O ilustre filólogo foi preso no dia 6 e mantido no Aljube de Lisboa por vários dias, pese embora não existir no Código Penal então vigente – como salientou, dias depois, no *Diário de Lisboa*, o advogado coimbrão Fernando Lopes – lugar para o delito de “injúria grave ao país” (de que foi acusado)⁷⁹. Mas Lapa não ficou prostrado perante a violência governamental. Reagiu à sua prisão, escarpelizando e revelando, através de um conjunto de artigos publicados, em Julho de 1949, no jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*, a deturpação da sua entrevista pelos “intérpretes oficiais” do regime e a arbitrariedade das razões que tinham estado na origem da “agressão política” de que fôra vítima por parte dos “novos familiares do novo Santo Ofício”⁸⁰. Se utilizara a expressão vieirina “cafres da Europa”, fizera-o apenas para salientar o nosso atraso político. Mas nada mais tinha a rectificar na sua entrevista. Era sua convicção que o Governo de Salazar, com o seu estreito nacionalismo e o fomento duma “educação de tipo nazi-fascista” marcada pelo instinto de rapina e pela obediência passiva⁸¹, – de que a *Mocidade Portuguesa* era o mais importante instrumento escolar – trouxera à superfície os germes da nossa decadência: “a fanfarronice patrioteira, as violências um tanto atenuadas do Santo Ofício, a superstição religiosa, a compressão do pensamento e a ocultação sistemática da verdade, impostas pela Censura”⁸².

Mas a luta de Rodrigues Lapa contra o regime não cessou com este episódio. Perante a divisão da unidade frentista da Oposição à Ditadura após as eleições presidenciais de 1949, devida, em grande parte, quer à repressão governamental quer às opções ideológicas impostas pela divisão do mundo em dois blocos, irredutivelmente, hostis⁸³, Rodrigues Lapa, embora acautelando a sua independência ideológica e exigindo o princípio da unidade e não hostilidade à restante Oposição, não teve qualquer pejo em colaborar com o recém-criado *MND* (que teve a sua origem em vários membros das comissões

do *MUD* de Lisboa e Porto, especialmente, José Morgado, Virgínia Moura, Lobão Vital e Ruy Luis Gomes), e que se apresentava com vantagem sobre as demais facções da Oposição pelo seu frentismo e alegada continuidade dos movimentos democráticos e da candidatura de Norton de Matos ⁸⁴. No entanto, como diz Mário Soares – e Rodrigues Lapa não o ignorava – ainda que as reivindicações do novo movimento continuassem a ser “essencialmente as mesmas dos anteriores (liberdades públicas, eleições livres, democratização da vida nacional a todos os níveis, etc.)” ⁸⁵, a verdade é que “foi obrigado a tomar, no plano interno e em matéria de política externa (em virtude da falta de apoio dos oposicionistas tradicionais) uma feição, acentuadamente, esquerdista”, próxima do *PCP* ⁸⁶, além de quase todos os liberais e socialistas que dirigiram o *MUD* e estiveram na candidatura de Norton de Matos – para já não falar dos velhos republicanos e maçons – estarem ausentes do novo movimento, desde o seu começo. Mas não Lapa. Não que tivesse radicalizado as suas ideias socialistas mas porque, acima destas, punha a unidade da Oposição democrática, sem a qual – como disse – dificilmente se alteraria a situação política ⁸⁷. Por isso impôs ao *MND*, como condições para a sua colaboração: que as notas, manifestos e documentos do Movimento não contivessem nada que pudesse ser interpretado como “alusão tendenciosa ou malévola à cisão operada no campo oposicionista e muito menos quaisquer referências pessoais desagradáveis a elementos doutros grupos da Oposição, onde há figuras de alto prestígio intelectual e moral, que não é justo nem prudente molestar, só porque divergem do critério do *MND*” ⁸⁸; que o *MND* circunscrevesse as suas formas de luta, exclusivamente, ao plano legal; que nenhum dos seus membros, a coberto da luta comum, aproveitasse para fazer propaganda ideológica das suas doutrinas e, por fim, que o Movimento não tivesse outro objectivo senão “a queda da Ditadura e a sua substituição por um governo democrático” ⁸⁹. Como sabemos, não foi exactamente, assim que o *MND* agiu, pois não resistiu à incontinência ideológica e ao sectarismo (como quando considerou “traidores”, em 1952-53, intelectuais ilustres como António Sérgio e Câmara Reis) ⁹⁰. A este sectarismo e à decadência irreversível do Movimento no início da década de 50, não foram, certamente, estranhos – como salientou Mário Soares – “a progressiva dogmatização do *Partido Comunista Português*, ligada a uma excessiva dependência da União Soviética e à esterilização do

pensamento marxista oficial, transformado numa espécie de escolástica”⁹¹. Mas se a oposição do *MND* ao regime soçobrou, o mesmo não se pode dizer da oposição de Rodrigues Lapa. Em 1954, no Congresso Internacional de Escritores que se realizou em S. Paulo e onde esteve, como convidado pela organização, juntamente com Casais Monteiro e Miguel Torga (estando Portugal, oficialmente, representado por Costa Pimpão e pelo Conde de Aurora), não temeu desafiar estes em pleno Congresso: “como se explica que no Encontro de S. Paulo sob a égide do pensamento não agrilhado, se tenham admitido representações oficiais de dois países (Portugal e Espanha) que vivem sob regime de ditadura”?⁹². Em 1956 e 1957, deporá, em Tribunal, a favor de Óscar Lopes e Mário Sacramento, respectivamente⁹³. Ainda em 1957, insurgir-se-á – como também o fará Casais Monteiro – contra o possível tratado de amizade luso-brasileiro, que poria em risco a sorte dos emigrados políticos portugueses no Brasil, sem se vislumbrar que contrapartidas seriam dadas aos democratas brasileiros em Portugal⁹⁴; e neste mesmo ano, em carta a David Ferreira, de 7 de Outubro, além de se congratular e apoiar a decisão dos democratas portugueses de não concorrerem às urnas, recusando participar no “jogo viciado” do regime, advertia que qualquer atitude em contrário apenas se justificaria “numa atitude deliberadamente revolucionária, quebrando as urnas da fraude e fazendo frente à força armada, num protesto sangrento”⁹⁵. Tinha esta oposição de Rodrigues Lapa ao salazarismo alguma ligação à *Resistência Republicana e Socialista* (1953-54), constituída por “elementos vindos do Partido Comunista e de clara afirmação marxista” e por “elementos vindos da então já extinta *União Socialista* (partidários do socialismo dito reformista), que se definia não como partido político mas como um “grupo político de pressão” neutral, “destinado a fazer evoluir para a esquerda a política portuguesa”?⁹⁶. Nada prova que essa ligação tenha existido e se existiu foi precária. O que significa que a oposição de Lapa ao regime, depois da sua experiência no *MND*, passou a ser uma oposição diletante e solitária. E, certamente, cada vez mais decepcionante, pois, em 1957, completamente, incompatibilizado com o regime decide ausentar-se para o Brasil, onde fixa residência permanente e trabalha como professor universitário, até 1962, passando-lhe, certamente, ao lado as *Juntas Patrióticas de Libertação Nacional* (1959) e o *Programa para a Democratização da República* (1961), iniciativas da *Resistência Republicana e Socialista*. Em

1963, volta a Portugal, sendo imediatamente preso pela PIDE, embora após um interrogatório de intimidação, tenha sido posto em liberdade⁹⁷. Com o seu regresso definitivo a Anadia em 1965 (depois de intermitentes vindas a Portugal a partir de 1962) e com uma postura política de “franco-atirador, orgulhosamente, independente, numa Oposição sem fórmulas de compromisso e acomodações (...) menos honrosas”⁹⁸ (atitude que tomou depois do seu desaguizado por causa de Delgado), Rodrigues Lapa, ao contrário da acomodação que seria de esperar da sua propecta idade, buscou antes o assento incómodo na barricada anti-salazarista. Vêmo-lo, em 1969, participar – como, também, Mário Soares – na abertura do II Congresso Republicano de Aveiro, onde volta a apelar à unidade da Oposição democrática contra o fascismo⁹⁹. O 25 de Abril de 1974, trouxe-lhe, enfim, a queda – que tanto desejava – da Ditadura e a possibilidade de ver, finalmente, realizar-se, através do *Partido Socialista* (mas não só pelo *PS*), o que sempre sonhara desde a adolescência: o “Socialismo em Liberdade”¹⁰⁰.

5

Um projecto político

Rodrigues Lapa, ao entrar para a *Seara Nova*, em 1929, fôra claro quanto à sua opção política: não à República saída do *5 de Outubro de 1910* e aos tempos dos Governos de António Maria da Silva (porque os partidos republicanos, mesmo os mais avançados, sempre se distinguiram pelo seu conservadorismo, ou seja, pela sua despreocupação pelas transformações sociais)¹⁰¹; sim a uma “democracia social, com todas as suas honras e todos os seus riscos”, como defenderá, expressamente, em 1939¹⁰². Mas esta democracia – como advertiu – nada tinha que ver com a civilização destilada pelo liberalismo capitalista e pelo “santo império dos dólares”, cujo guardião e exemplo eram os Estados Unidos dos Trumans e dos Marshais (que, a continuarem assim, se haviam de transformar no mesmo “chiqueiro” que o salazarismo)¹⁰³. Aos que contra-argumentavam que os EUA eram o país da

liberdade, por excelência, Lapa replicou que a liberdade não se confundia com a "livre iniciativa" – "que é um perigo imenso" – cujo valor se podia, facilmente, avaliar pelo "horroroso espectáculo" por ela provocado na Guatemala e na Pérsia ¹⁰⁴. Mas a democracia reivindicada por Lapa, também não se confundia com o "capitalismo de estado" ou "comunismo totalitário" do *Partido Comunista Português* e do seu líder ¹⁰⁵; "O comunismo – disse – é uma doutrina como outra qualquer, vale pelo que faz e não pelo que diz. Também os antigos cristãos professaram uma forma de comunismo que, puro, na sua origem, foi depois falseado pelos doutores da Igreja e deu as atrocidades das fogueiras da Inquisição, sem culpa nenhuma do Cristianismo. O mesmo sucedeu com o Comunismo. De ideologia que era, doutores da Política e ditadores fizeram dele uma *partidologia*: o culto da ideia pura cedeu o lugar à idolatria do aparelho burocrático, que desumanizou o homem, tornando-o escravo do sistema. É isso que nós não podemos aceitar: que os prisioneiros do partido se tornem por sua vez opressores do povo" ¹⁰⁶. Por isso – segundo Lapa – o *PCP*, que, em teoria, é um partido de esquerda, procede, frequentemente, como se fosse de direita (não é por acaso que lhe chamam social-fascista), não olhando a meios para atingir os fins ¹⁰⁷. Foi esta a causa que o levou abandonar a *Seara Nova*, da qual fôra director de 1973 a 1975 (quando o *PCP* a passou a controlar, económica e ideologicamente) ¹⁰⁸ e não porque fosse anti-comunista ¹⁰⁹. A sua animosidade para com o comunismo limitava-se ao comunismo português, anti-nacional e sectário, para quem "a Rússia soviética (é) o Sol da Terra, a cuja chama nos devemos aquecer até nos derretermos" ¹¹⁰ e incapaz de pôr Portugal acima dos interesses do partido, ao contrário do que fizera, por exemplo, o *Partido Comunista Italiano*, de Berlinguer, ao apoiar um governo democrata-cristão (como o de Enrico Andreotti) ¹¹¹. Ora Lapa, como disse em 1975, embora apreciasse muito o bailado Bolshoi não queria, "quando menos esperasse, amanhecer cidadão soviético" ¹¹². Enfim, "depois de 48 anos de Fascismo", era da opinião que a cura dos nossos males não estava na implantação de outra ditadura, fosse de que tipo fosse, nem mesmo de "bandeira vermelha", mas num regime equilibrado e sufragado pela vontade livre dos cidadãos através das urnas ¹¹³.

Mas que tipo, que contornos e valores definiam esse regime de raiz popular? Em primeiro lugar, um sentimento. Como disse a Rebelo Gonçalves, em carta

de 13 de Novembro de 1945 (a propósito das tibiezas deste em apoiar o *MUD*), as suas profundas convicções democráticas derivavam da sua condição plebeia e da sua comunhão com as mais puras aspirações populares de liberdade e de justiça social ¹¹⁴; em segundo lugar – como assinalou, invocando a figura emblemática de Antero (como também já fizera Mário Soares, em 13 de Abril de 1973, na Alemanha Federal, na reunião do Congresso da *Acção Socialista Portuguesa*, ao fazer o balanço histórico das lutas socialistas em Portugal) – essa democracia deveria ser, antes de mais, “uma filosofia moral” ¹¹⁵, prévia a qualquer codificação partidária, tendo como pilares fundamentais a liberdade e a igualdade, de modo a formar uma sociedade de homens livres, sem distinção de riqueza, vivendo em mútua paz ¹¹⁶. Mas como materializar esta filosofia moral, de incidência política, que pela sua natureza e princípios, se afigurava – a Rodrigues Lapa – incorruptível, como disse a Heitor Martins, em carta de 19 de Maio de 1964 ¹¹⁷? Através do que denominou uma democracia social e libertária ou socialismo libertário ¹¹⁸, que pretendia ser “uma reconciliação original entre as teses do marxismo purificado e do sindicalismo anarquista, quer dizer entre o espírito de autoridade e a liberdade” ¹¹⁹, em sintonia com a verdadeira tradição do operariado português, ou seja, com o comunismo anarquista de Proudhon e Bakunine (e não com o comunismo marxista), tendo por objectivo a abolição do Estado, a autogestão como princípio fundamental e a defesa intransigente da liberdade e da igualdade ¹²⁰. Projecto que, na sua origem e formação, nada devia ao Partido Socialista. Efectivamente, não só este tivera uma acção apagada durante a 1.ª República (frequentemente comprometida com a política burguesa) precipitando-se num declínio irreversível após o 28 de Maio de 1926 (que culminou com a sua desagregação em 1936) como a renovação do pensamento socialista, durante o Salazarismo, se fez fóra dos quadros do Partido, sobretudo no movimento da *Seara Nova*, a que Lapa pertencia ¹²¹. Portanto, embora Antero fosse uma referência emblemática para o socialismo do *Partido Socialista* e, também, o tenha sido para os seareiros, a verdade é que o socialismo de Lapa nada devia ao PS. Genericamente, comungarão princípios afins. Mas o mesmo não se podia dizer da sua práxis. O que se entende. Lapa não estava vinculado a uma disciplina partidária, às exigências de outros compromissos que não fossem os da sua consciência moral. Por isso, o seu socialismo não estava inquinado pelas exigências e contingências da prática política. Tinha a pureza

fascinante e frágil de todas as teorias que não se submeteram ainda ao cadinho da experiência. Era um socialismo de “princípios” no qual a realidade se devia vasar. Como veremos.

Para a realização da liberdade em sintonia com a justiça social, Rodrigues Lapa preconizou várias medidas: em primeiro lugar, “um governo do povo, pelo povo e para o povo”¹²²; em segundo lugar, a implantação de um sistema produtivo autogestionário, de que o processo revolucionário peruano poderia ser excelente exemplo e fonte de inspiração e ensinamentos¹²³ (um e outro, significativamente, silenciados, pelos partidos); em terceiro lugar, a criação de um forte partido socialista, único capaz de levar por diante este projecto, servindo, simultaneamente, de fiel da balança entre os partidos democráticos e o comunista. Também Mário Soares, logo após a revolução de 25 de Abril de 1974, na 1.ª Conferência de imprensa acerca do seu significado, defendeu que a estruturação do País, em ordem à liberdade e à democracia, deveria caber, fundamentalmente, a três correntes partidárias: os centristas, os socialistas e os comunistas¹²⁴.

Em rigor, este programa de acção proposto por Rodrigues Lapa, não diferia, nos seus princípios, do programa da *Acção Socialista Portuguesa* que, já em 1970, defendia para Portugal, “uma sociedade sem classes, de iguais oportunidades para todos, organizada em democracia autêntica, fim que só poderia ser atingido pela socialização dos meios de produção e de troca, numa economia planeada mas com *pluralidade de iniciativas*”¹²⁵. Portanto, uma democracia socialista, colectivizadora dos meios de produção, autogestionária, sem distinção de classes, exercendo um poder assente na vontade popular dos cidadãos expressa, periodicamente, em eleições livres. Nesta democracia socialista não havia, pois, lugar para a violência revolucionária. Nem Rodrigues Lapa a preconizava. Em sua opinião, embora a violência seja aceitável “nas grandes convulsões de fundo, que têm por mira o bem do povo, a justiça social e a liberdade dos homens. É a violência revolucionária, de que falou Victor Hugo”¹²⁶ – e que Lapa admite “pelo seu carácter de fatalidade histórica”¹²⁷ – repudiou, no entanto, a sua institucionalização legal que, em sua opinião, era o resultado da “paixão do sistema” com que alguns Estados oprimem ou podem oprimir os cidadãos¹²⁸. Ora o socialismo democrático ou libertário que Lapa tem presente, não precisa nem

deve recorrer à violência revolucionária, nem esta se deve justificar pelo malogro das experiências socialistas – como a jugoslava, a escandinava ou a chilena – cujos erros deviam ser uma oportunidade para melhor o implantar pela via pacífica ¹²⁹. Por isso – como sempre insistiu – qualquer regime devia submeter-se, na sua legitimação, ao sufrágio da vontade popular através de eleições livres e político-partidárias ¹³⁰. Já quando aceitou participar nas actividades do *MND*, a convite de Pinto Gonçalves, não deixou de o advertir, em carta de 1949, que não admitia, pela sua parte, outra forma de combate ao regime que não fosse pela via eleitoral e legal ¹³¹. Deste modo, o socialismo que preconiza é um socialismo reformista e não subversivo, de livre iniciativa e não de ditadura, de conciliação e não de exterminação ¹³², cujas afinidades e compatibilidades com o cristianismo, Rodrigues Lapa – que é abertamente anticlerical – salientou: como o ideal cristão, o socialismo democrático é pacifista, reformista, defende o direito à igualdade e tem um sentimento profundo e indeclinável de liberdade ¹³³. Mas esta liberdade facilmente degeneraria na famigerada “livre iniciativa” se não fosse refreada pela justiça social, que, no dizer de Lapa, só a autogestão permitia realizar sem a eliminação daquela; autogestão que era por ele entendida como “o governo da empresa feito pelos próprios trabalhadores em ligação estreita com outras unidades do mesmo ramo de produção, com mira não apenas no interesse dos trabalhadores do ramo, como sucede nas cooperativas mas no interesse geral da sociedade” ¹³⁴; a federação das empresas assim constituída – continua Lapa – “tenderia à remodelação e talvez, a longo prazo, à abolição daquilo a que chamamos ‘Estado’, à instauração da propriedade colectiva e consequente marginalização dos partidos políticos – o que tem sido, aliás, a aspiração dos grandes teorizadores da Revolução Social. Todos, Marx, Engels, Bakunine, convieram no mesmo anátema: o Estado terá um dia deixar de existir; mas é possível que ainda o tenhamos de aturar por muito tempo sob outra designação e com outras funções” ¹³⁵. Sartre, quando veio até nós estudar a nossa Revolução, o que mais apreciou e em que insistiu foi, precisamente, a alternativa da autogestão ¹³⁶, também defendida pela central sindical francesa C.F.D.T., de inspiração socialista, que a adoptou como palavra de ordem, fazendo dela a designação do socialismo democrático, através da qual se pretendia suprimir os intermediários entre os trabalhadores e o poder económico, entre os cidadãos e o poder político ¹³⁷. Com a

autogestão, segundo Lapa, seria possível construir o socialismo sem recurso à violência e à opressão da ditadura do proletariado¹³⁸. Para acelerar este processo de mudança, Rodrigues Lapa apelou ao Partido Socialista para que procedesse ao inventário completo das experiências autogestionárias levadas a cabo depois do 25 de Abril de 1974, as suas formas e actividades, o tempo que duraram, os recursos que os governos disponibilizaram para as apoiar¹³⁹ e ponderasse a experiência peruana, encetada com a revolta militar de 3 de Outubro de 1968, cujo "programa de acção política e social, claro, destemido, sem ambiguidades, (...) se tornou um modelo a seguir para toda e qualquer empresa do mesmo género"¹⁴⁰. Das "bases ideológicas" dessa revolução, publicadas pelo Governo peruano em 25 de Fevereiro de 1975 e reproduzidas na imprensa portuguesa em Março de 1976, Rodrigues Lapa extraiu os seguintes princípios: "o humanismo revolucionário nutre-se do pensamento socialista não dogmático nem totalitário, do socialismo libertário e do ideário e moral cristã. Recusa, pois, categoricamente, os sistemas capitalista e comunista como frontalmente contrários às finalidades que se propõe com vista à libertação política, social e económica do povo peruano"¹⁴¹. Nestas bases ideológicas que mereciam a Lapa o maior apreço, estava, em sua opinião "a definição insofismável do tipo de Socialismo que se deseja, para além da liberdade dada aos diversos partidos; a importância conferida à cogestão e autogestão das empresas e liberdade dos sindicatos, não permitindo a sua concentração manipulatória; e finalmente, a recusa da institucionalização do Movimento Revolucionário em forma de partido"¹⁴²; pontos de vista que não eram partilhados por Mário Soares que não via com bons olhos – antes como "afloramentos de teses antidemocráticas" – as pressões sobre o progressismo dos militares do MFA para que enveredassem pelo modelo peruano¹⁴³. Socialismo autogestionário que, também, só vagamente, será ouvido pelo PS que – como Lapa sabia – não parecia sensível a ir além da cogestão – e, mesmo esta, tinha-a na conta de difícil e a longo prazo¹⁴⁴. Aliás, já Mário Soares, no *Relatório* lido em Dezembro de 1974, no I Congresso do Partido Socialista (na legalidade), ao fazer a retrospectiva dos 5 objectivos a atingir, definidos pelo PS em 1973 (liquidação da organização corporativa, fim das oligarquias e construção da democracia económica (nacionalizações, planificação e autogestão), nunca se refere à autogestão¹⁴⁵.

Todavia, na realização pacífica e pluripartidária deste socialismo libertário,

que ia além do socialismo em liberdade de Mário Soares ¹⁴⁶, Rodrigues Lapa atribuía um papel fundamental aos partidos políticos, especialmente ao Partido Socialista. Já em 1945, em carta de 18 de Outubro a Câmara Reys, Rodrigues Lapa lhe assinalava a falta de um bem organizado partido socialista (e a mesma falta será assinalada, por Sérgio, dois anos depois, numa *Alocução aos Socialistas*), que fosse o ponto de apoio da futura política portuguesa e o fiel da balança entre os democratas e os comunistas ¹⁴⁷. E em carta a Mário de Sottomayor Cardia, de 23 de Janeiro de 1975, Lapa lembra-lhe ter defendido, na *Seara*, a formação de um governo de esquerda constituído pelos três maiores partidos, com o Partido Socialista como fiel da balança – mas não a “ala Zenha” do PS e seus apoiantes, cujos princípios socialistas não partilhava, como disse a José Magalhães Godinho em 5 de Abril de 1981 ¹⁴⁸ – pois o PS “no terreno das operações está no centro – é o lugar da prudência, da justa medida; (e) no campo ideológico, está à esquerda – é o lugar do coração, onde palpitam os ideais generosos da verdadeira Democracia” ¹⁴⁹. Enfim, para Lapa, de um ponto de vista político, “a virtude era e é encarnada no Partido Socialista” ¹⁵⁰ e nenhum programa, genuinamente, democrático, o devia subestimar ou marginalizar. Virtude que Lapa, no entanto, nunca se mostrou disposto a seguir através dum apostolado partidário, preferindo antes o “pecado” da heterodoxia.

Notas

¹ Rodrigues Lapa, "A Liberdade tem muito que se lhe diga", entrevista publicada no jornal *Bairrada Popular*, de Outubro de 1976 e incluída na sua obra *As minhas razões*, Coimbra, Coimbra Editora, Limitada, 1983, pp. 282-83. Doravante citaremos esta obra pela sigla *AMR*.

² *Ibidem*, p. 283.

³ Carta de Rodrigues Lapa a Pinto Gonçalves, de 3 de Novembro de 1949, in *Correspondência de Rodrigues Lapa/Seleção (1929-1985)*. Seleção, organização e introdução de Maria Alegria Marques, Ana Paula Figueira Santos, Nuno Rosmaninho, Antonio Breda Carvalho e Rui Godinho, Coimbra, Minerva, 1997, p. 188 e Carta de Lapa a Mário de Sottomayor Cardia, de 23 de Janeiro de 1975, in *op. cit.*, pp. 349-50. Veja-se também de Rodrigues Lapa, "Rumo ao Brasil" (1957), in *AMR*, p. 129. Curiosamente, em 1970, a *Ação Socialista Portuguesa* (da qual nascerá o *Partido Socialista*) reconhecia que mesmo os intelectuais, partidariamente, vinculados não tinham que respeitar este vínculo quando estava em causa a defesa da liberdade, tudo devendo fazer os partidos que a defendiam para que os intelectuais – os seus mais lídimos guardiães – pudessem usufruir dela sem o menor constrangimento (in "Os Socialistas na Clandestinidade", in *Liberdade para Portugal*, documentação coligida e coordenada por Victor da Cunha Rego e Friedhelm Merz, Lisboa, Livraria Bertrand, 1976, pp. 69-70). Doravante citamos esta obra pela sigla *LPP* e a *Correspondência* supracitada de Lapa pela sigla *CRL*.

⁴ Rodrigues Lapa, "Rumo ao Brasil" (1957), in *AMR*, pp. 129-130.

⁵ *Ibidem*, pp. 130.

⁶ Idem, "Em prol da Democracia, IV" (artigo publicado no jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*, em 20 de Julho de 1949), in *AMR*, pp. 99-101; entrevista ao *Diário de Lisboa*, 5 de Janeiro de 1949 e ao *Diário de Notícias*, em 22 de Abril de 1977, reproduzida esta última em *AMR*, p. 291.

⁷ *Ibidem*, p. 100.

⁸ *Ibidem* e idem, "Rumo ao Brasil" (1957), in *AMR*, p. 129.

⁹ Carta a Seabra Cascão, de 19 de Outubro de 1945, in *CRL*, p. 123.

¹⁰ In *Seara Nova*, do n.º 1, 15 de Outubro de 1921, pp. 1-3 (editorial de Raul Proença, não assinado). Sobre a missão dos intelectuais da *Seara Nova*, do ponto de vista de Lapa, veja-se a sua carta a Mário de Sottomayor Cardia, de 23 de Janeiro de 1975, in *CRL*, pp. 349-50 e a sua carta a Câmara Reys, de 31 de Outubro de 1946, in *CRL*, p. 143 e, ainda, idem, "Considerações sobre a violência" (1 de Março de 1974), in *AMR*, pp. 235-36.

¹¹ *Ibidem* e Rodrigues Lapa, "O muito falado e inexistente programa da *Seara Nova*", in *Seara Nova*, n.º 1000-7, 26 de Outubro de 1946, p. 81. Sobre esta estratégia elitista e transpartidária do grupo seareiro, veja-se o excelente estudo de Rafael Amaro, *A Seara Nova/ nos anos vinte e trinta (1921-1939)*. *Memória, Cultura e Poder*, Viseu, Universidade Católica Portuguesa/Centro Regional das Beiras, Pólo de Viseu/Instituto Universitário de Desenvolvimento e Promoção Social, 1995, pp. 29-33.

¹² Nota de Raul Proença na *Seara Nova*, n.º 50, de 1 de Agosto de 1925 e "Nótulas Soltas",

in *Seara Nova*, n.º 357, 1933, p. 330, p. 34. Veja-se, também, Rodrigues Lapa, "O muito falado e inexistente programa da *Seara Nova*", in *Seara Nova*, n.º 1000-7, 26 de Outubro de 1946, p. 82 e, ainda, Vasco de Magalhães-Vilhena, *António Sérgio: o idealismo crítico e a crise da ideologia burguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1964, (p. 10) e Rafael Amaro, *op. cit.*, p. 45.

¹³ Rodrigues Lapa, "O muito falado e inexistente programa da *Seara Nova*", in *Seara Nova*, n.º 1000-7, 26 de Outubro de 1946, p. 81.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ *Ibidem*, pp. 81-83. Esta "vocação socialista" da *Seara Nova* à qual Lapa se referirá, de novo, em carta de 23 de Janeiro de 1975, a Sottomayor Cardia (in *CRL*, p. 350) tinha nele um conteúdo muito mais substancial do que aquele que o Grupo partilhou, que não ia além dum conjunto de realizações mínimas. Veja-se, sobre este assunto, Lobo Vilela, "A política da *Seara Nova*", in *Seara Nova*, n.º 1000-7, 26 de Outubro de 1946, pp. 159-160. Sobre o socialismo seareiro até 1939, veja-se A. Rafael Amaro, *op. cit.*, pp. 117-123.

¹⁶ In *CRL*, pp. 349-50 e idem, "Considerações sobre a violência" (1 de Março de 1974), in *AMR*, p. 235.

¹⁷ *Ibidem*, p. 118.

¹⁸ António Sérgio, "Explicação aos leitores da *Seara Nova*", in *Seara Nova*, n.º 539, 11 de Dezembro de 1937, p. 243. É no sentido sergiano – convergente com o de Lapa – que David Ferreira interpreta a permanente preocupação "essencialmente política" da *Seara Nova* (in "Razões de uma adesão", *Seara Nova*, n.º 1512, de Outubro de 1971, p. 8).

¹⁹ Rodrigues Lapa, "O muito falado e inexistente programa da *Seara Nova*", in *Seara Nova*, n.º 1000-7, 26 de Outubro de 1946, p. 81. Sobre um dos idealismos filosóficos, típicos da *Seara* – o de Sérgio – veja-se Magalhães-Vilhena, *op. cit.*, pp. 19 e ss. e Miguel Baptista Pereira, "O neo-iluminismo filosófico de António Sérgio", in *Revista de História das Ideias* (Coimbra), vol. 5, t. 1.º, 1983, pp. 21 e ss.

²⁰ Carta de R. Lapa a Câmara Reys, de 15 de Março de 1939, in *CRL*, p.93.

²¹ Carta de R. Lapa a Câmara Reys, de 31 de Outubro de 1946, in *CRL*, p. 143.

²² Veja-se carta de R. Lapa a Câmara Reys, de 15 de Março de 1939, in *CRL*, p. 93.

²³ Carta de José Sant'Anna Dionísio a Rodrigues Lapa, de 30 de Novembro de 1946, in *CRL*, pp. 146-148. Sobre o incómodo que provocava na *Seara Nova* a invocação das posições filosóficas de Leonardo Coimbra veja-se a ameaça que faz Lapa a Câmara Reys de sair da Revista, caso nela se fizesse a apologia do filósofo portuense que Sant'Anna Dionísio ensaiara, de modo indirecto, capcioso e "avelhacado" (Carta de Lapa a Câmara Reys, de 20 de Agosto de 1945, in *CRL*, p. 119).

²⁴ Para um desenvolvimento exaustivo do conflito que opôs António Sérgio a Câmara Reys, em 1939, (e culminou com a saída do primeiro) alegadamente por a *Seara Nova* estar a hipotecar a sua independência intelectual à plutocracia, veja-se Rafael Amaro, *op. cit.*, pp. 17-24. Se foi, na verdade, este o argumento apresentado por Sérgio a Raul Proença (vejam-se as cartas de Sérgio a Proença, de 23 de Abril de 1940 e uma outra s/d, mas provavelmente de fins de 1939, princípio de 40, in António Sérgio, *Correspondência para Raul Proença*, org. e introdução de José Carlos González, com um estudo de Fernando Piteira Santos, Lisboa, Publicações D. Quixote/Biblioteca Nacional, 1987, pp. 206-7 e 226-27), Rafael Amaro pensa, no entanto, que este não foi o único nem o mais determinante na

rotura, mas, sim, o "quadro de divergência de projectos e de relações de poder no seio do grupo", onde Sérgio, perante o decréscimo de influência cultural e política da *Seara* e correlativa hegemonização do movimento neo-realista ("versão sócio-literária de um novo humanismo de matriz marxista") ao regime salazarista, reclamava de Câmara Reis uma reorientação estratégica da Revista, que ele, aparentemente, se recusou a seguir (in *op. cit.*, p. 23). Muito embora concorde com Rafael Amaro que o argumento sergiano das ligações de Câmara Reis à plutocracia é fragil (Reys, melhor dizendo a sua Esposa detinha a maioria do capital da *Seara Nova*), no entanto, não me parece que Sérgio tenha saído da *Seara Nova* por esta não se mostrar capaz de "concorrer", politicamente, ou seja, civica e pedagogicamente, com os neo-realistas (d' *O Diabo*, por exemplo) mas porque estes – como se pode constatar pela sua colaboração assídua na *Seara* – estavam a transformá-la num seu apêndice e prolongamento. Parece-me, pois, que a razão fundamental da saída de Sérgio foi – como disse Sarmento Pimentel – "porque o Câmara Reis se aproximou dos comunistas, que se infiltraram na revista atrás do Bento de Jesus Caraça e à sombra do seu prestígio pessoal" (in *Sarmento Pimentel ou uma geração traída (Diálogos de Norberto Lopes com o autor das 'Memórias do Capitão', 2.ª ed., Lisboa, Editorial Aster, 1977, p. 135).*

²⁵ Carta, de 11 de Outubro de 1974, a Mário de Sottomayor Cardia, in *CRL*, p. 348 e também de R. Lapa, "A liberdade tem muito que se lhe diga" (publicado no jornal *Bairrada Popular*, de Outubro de 1976). in *AMR*, p. 278. Veja-se, ainda, a carta de R. Lapa a Vasco Martins de 19 de Outubro de 1974, in *CRL*, p. 349.

²⁶ In Carta a Vasco Martins de 19 de Outubro de 1974, in *CRL*, p. 349.

²⁷ Carta de Fernando Lopes Graça a Rodrigues Lapa, de 30 de Junho de 1936, *CRL*, pp. 70-71.

²⁸ Rodrigues Lapa, "Manifesto", in *O Diabo*, n.º 86, 16 de Fevereiro de 1936, p. 3.

²⁹ Carta a Câmara Reis, de 13 de Setembro de 1946, in *CRL*, p. 140.

³⁰ Sobre o envolvimento de Lapa quer no *MUD* quer na eleição presidencial de Norton de Matos veja-se a sua carta endereçada à Comissão Central do *MUD*, em 27 de Outubro de 1945, onde defende a necessidade de compaginar as reuniões públicas a levar a cabo pelo Movimento, com as disponibilidades de tempo dos trabalhadores (in *CRL*, p. 126) e a sua carta à *Comissão para a Candidatura do General Norton de Matos*, de 22 de Dezembro de 1945" in *História Contemporânea de Portugal/Ditadura: O Estado Novo/de 28 de Maio ao Movimento dos Capitães* t. II, dir. por João Medina, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1985, pp. 74-81, Dawn Linda Raby, *A Resistência antifascista em Portugal, 1941/74* (1988), trad. de Beatriz Oliveira, Lisboa, Edições Salamandra, s.d., pp. 25-37 e Fernando Costa, "Movimento de Unidade Democrática (MUD)", in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, dir. por Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, pp. 634-637, Mário Soares, *Portugal amordaçado/Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Editora Arcádia, 1974, pp. 92-110 e Vasco da Gama Fernandes, *Um depoimento inacabado*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1975, p.122. Sobre a candidatura de Norton de Matos, em 1949, vejamos as suas obras *Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República* (edição do Autor, Lisboa, 1948) e *Mais quatro*

meses da minha candidatura à Presidência da República (Edição do Autor, Lisboa, 1949) e, ainda, José Magalhães Godinho, *Pedaços de Uma Vida*, Edição Pégaso, Lisboa, 1992, pp. 72-107 (onde se reproduz o “manifesto da campanha eleitoral de Norton de Matos, em 1949” a sua Carta a Salazar, as réplicas deste e a sua Representação ao Presidente da República); veja-se, enfim, D. Linda Raby, *op. cit.*, pp. 37-42.

³¹ Carta de 3 de Novembro de 1949 a Pinto Gonçalves, in *CRL*, pp. 187-89.

³² Sobre o *Movimento Nacional Democrático* e a suas ligações ao *PCP*, veja-se D. Linda Raby, *op. cit.*, pp. 42-48. Não esqueçamos que desde 1941 (data da reorganização do Partido Comunista por Álvaro Cunhal) até 1958-59, “o Partido Comunista (...) foi a força dominante da oposição ao salazarismo” (Mário Soares, in “Os socialistas na clandestinidade”, in *LPP*, pp. 51-52).

³³ Carta de R. Lapa a Ilse Losa, em 31 de Maio de 1955, in *CRL*, p. 247.

³⁴ In *CRL*, pp. 256-57.

³⁵ Rodrigues Lapa, “Palavras do Presidente das sessões de trabalho”, in *II Congresso de Aveiro/Teses e Documentos* (textos integrais), volume I, Lisboa, *Seara Nova*, 1969, pp. 56-57.

³⁶ Veja-se a sua carta ao Presidente da *Unidade Democrática Portuguesa*, de 8 de Abril de 1962, in *CRL*, p. 295.

³⁷ Carta a Paulo Duarte em 19 Setembro de 1955, in *CRL*, p. 252.

³⁸ Rodrigues Lapa, “Em prol da Democracia, VI” (artigo no jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*, de 24 de Julho de 1949), in *AMR*, pp. 115-117 e Carta a Casais Monteiro, de 23 de Abril de 1964, in *CRL*, p. 303.

³⁹ Carta a Paulo Duarte em 19 Setembro de 1955, in *CRL*, p. 252.

⁴⁰ Fernando Queiroga, *Portugal Oprimido*, Rio de Janeiro, Editorial Germinal, 1958, p. 115.

⁴¹ Carta de Rodrigues Lapa, de 8 de Abril de 1962, ao Presidente da *Unidade Democrática Portuguesa*, (in *CRL*, p. 295), como reacção a uma carta intempestiva e soberba que Humberto Delgado lhe enviara em 19 de Junho de 1959 (in *CRL*, pp. 287-290). Sobre este contencioso de Rodrigues Lapa com Delgado veja-se a sua entrevista ao *Diário de Notícias*, (1977), in *AMR*, pp. 296-97. Hostilidade a Delgado, afim da de Lapa e pelas mesmas razões, pode ver-se em Casais Monteiro, *O país do absurdo/textos políticos*, Editorial República, 1974, pp. 63-69. Atente-se no depoimento de Sarmiento Pimentel sobre a presença de Humberto Delgado e Henrique Galvão, no Brasil: “esses pintões foram a maior desgraça que podia ter acontecido aos emigrados políticos de S. Paulo. Descontentes, quer pela decadência que o sistema acusava que pela perda das posições conquistadas e possuídas da ambição do mando, chegaram àquela terra onde nós vivíamos fraternalmente e numa convivência respeitosa, admirada e louvada, até pelos próprios adversários políticos, e estragaram tudo. Eu nunca fui insultado por ninguém, nunca fui maltratado por nenhuma pessoa a não ser pelos pintões da ninhada salazarista. Toda a gente me respeitava, toda a gente sabia que eu andava naquele combate (...). Eles reconheciam isso e viam as minhas iniciativas (...). Pois esses pintões não quiseram saber de nada. Foram para lá e decidiram intrigar. Como briguentos que eram e ambiciosos começaram a lutar pelo mando, a lutar pela chefia. Mas a colónia não lhes aparou o jogo, talvez por intuição. A verdade é que eles, a certa altura, ficaram um pouco marginalizados. Até se chegou a correr o risco de vetarem a fixação de Delgado em S. Paulo, onde aliás fôra recebido, pouco tempo antes, apoteoti-

camente. Numa reunião que tivemos a maioria pronunciou-se contra" (Depoimento de Sarmento Pimentel, in *Sarmento Pimentel ou uma geração traída...* p. 165; vejam-se ainda nesta obra, sobre Delgado, as pp. 166-167). Sobre as vicissitudes da presença de Humberto Delgado, no Brasil, a partir de 1959, e as suas relações com os emigrados políticos veja-se a "Introdução" de Iva Delgado e Carlos Pacheco a Humberto Delgado *A Tirania Portuguesa*, org., compilação e introdução de Iva Delgado e Carlos Pacheco, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995, pp. 44-50; e, sobretudo, a "introdução" de Manuel Sertório a *Humberto Delgado/70 Cartas Inéditas*, Lisboa, Praça do Livro, 1978, pp. 29-52. Sobre a sua impaciência perante a passividade e inacção da Oposição portuguesa anti-salazarista, no Brasil, leia-se a sua carta a António de Figueiredo, de 5 de Junho de 1960, incluída nas *Memórias de Humberto Delgado*, coord. de Iva Delgado e António de Figueiredo, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, p. 221. Esta carta ajuda-nos a perceber o cerne das incompatibilidades que H. Delgado criou no Brasil com os emigrados políticos. Anote-se que esta opinião negativa sobre Humberto Delgado era minoritária. A grande maioria da Oposição portuguesa reconhecia-lhe elevados merecimentos, como Vasco da Gama Fernandes, Manuel Sertório e José Magalhães Godinho; este último por exemplo, salientou mesmo "a pureza das suas intenções, a firmeza e nobreza do seu carácter, um elevado sentido de responsabilidades e limitações" ("Humberto Delgado, 1958", in *Pedaços de uma Vida*, Lisboa, Edição Pégaso, 1992, p. 132).

⁴² Entrevista de R. Lapa ao *Diário de Lisboa*, 5 de Janeiro de 1949.

⁴³ Sobre o passado político de Norton de Matos veja-se Daniel de Matos, "MATOS, José Maria Mendes Ribeiro Norton de (1867-1955)", in *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, ... pp. 553-555.

⁴⁴ Entrevista ao *Diário de Lisboa*, de 5 de Janeiro de 1949.

⁴⁵ *Ibidem* e idem, Carta a António Amorim, de 12 de Outubro de 1946, in *CRL*, p. 140.

⁴⁶ Carta de Joaquim de Carvalho a Rodrigues Lapa, de 25 de Outubro de 1932, in *CRL*, pp. 33-36.

⁴⁷ Adolfo Casais Monteiro, "Figuras e problemas do nosso tempo/política e literatura" in *O país do absurdo/textos políticos*, Editorial República, 1974, p. 194.

⁴⁸ Rodrigues Lapa, "Resposta a um Questionário da *Seara Nova*" (22 de Setembro de 1969), in *AMR*, p. 184 (esta resposta foi cortada pela Censura) e idem, "Rumo ao Brasil" (1957), in *AMR*, p. 128.

⁴⁹ Esta conferência, publicada pel' *O Século* em 16 de Fevereiro e, na íntegra, pela *Seara Nova*, (n.º 341, 1933, pp. 67-76) está incluída no volume *AMR*.

⁵⁰ Carta de João Pereira da Rosa a Rodrigues Lapa, de 15 de Janeiro de 1933, in *CRL*, p. 36.

⁵¹ In *AMR*, p. 39.

⁵² Veja-se carta de Walter Adams a Rodrigues Lapa, de 2 de Janeiro de 1936, in *CRL*, p. 67 e entrevista deste ao *Diário de Notícias* em 1977, in *AMR*, p. 292.

⁵³ Como disse em entrevista ao *Diário de Notícias* em 1977, (incluída em *AMR*, p. 293).

⁵⁴ Sobre *O Diabo* veja-se Clara Rocha, *Revistas Literárias do século XX em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, pp. 455-56 e, sobretudo, Fernando Alvarenga, *Afluentes teórico-estéticos do neo-realismo visual português*, Porto, Edições Afrontamento, 1989, pp. 11-43.

- ⁵⁵ Carta de Lopes Graça a R. Lapa de 30 de Junho de 1936, in *CRL*, pp. 69-71.
- ⁵⁶ F. Lopes Graça, "Esclarecimento", in *O Diabo*, n.º 88, de 1 de Março de 1936, p. 2.
- ⁵⁷ A defesa da função social da arte fê-la Lapa, em diversas ocasiões; por exemplo, nos seus comentários à defesa do idealismo na Arte feito por Sílvio Lima (veja-se R. Lapa, "Ecos da Semana/Cartas sobre o idealismo", in *O Diabo*, n.º 104, 21 de Junho de 1936, p. 1).
- ⁵⁸ Carta de Lapa a Seabra Cascão, em 19 de Outubro de 1945, in *CRL*, p. 123.
- ⁵⁹ Sobre a generalizada convicção de que a Ditadura chegara ao fim, veja-se Mário Soares, *Portugal amordaçado /Depoimento sobre os anos do fascismo*, ... p. 89, Adolfo Casais Monteiro, *op. cit.*, p. 39 e, sobretudo, Vasco da Gama Fernandes, pp. 117-120.
- ⁶⁰ Carta de Hernani Cidade a R. Lapa de 11 de Setembro de 1945, in *CRL*, pp. 120-21.
- ⁶¹ Carta de R. Lapa a Hernani Cidade, de 12 de Setembro, in *CRL*, pp. 121-22.
- ⁶² *Ibidem*, p. 122.
- ⁶³ José Magalhães Godinho, "A União Socialista e as outras organizações socialistas", (entrevista publicada no *Diário de Notícias*, em 1 de Março de 1984), in *Pela Liberdade*. Publicações Alfa, Lisboa, 1990, pp. 83-86. Sobre a *União Socialista* veja-se José Magalhães Godinho, "Como surgiu a União Socialista (Para a História do Movimento Socialista na Década de 40)", in *Falas e Escritos Políticos*, (Lisboa, Moraes Editores, 1981, pp. 42-77), onde, também, se reproduzem as "Bases" da organização, que mostram que o agrupamento pretendia ir muito mais além do que a social-democracia. Sobre os objectivos do MUNAF veja-se José Magalhães Godinho, in *Falas e Escritos Políticos*, Lisboa, Moraes Editores, 1981, pp. 145-148 e para as suas ligações ao PCP veja-se D. Linda Raby, "O MUNAF, o PCP e o problema da estratégia revolucionária da Oposição, 1942-1947", in *Análise Social*, vol. XX, n.º 84, 1984, pp. 687-699 e, sobretudo, Fernando Rosas (*O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º volume da *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, Lisboa, Circulo de Leitores, 1994, pp. 388-399) que nos mostra, também, como a oposição "ordeira" ao Salazarismo procurou "demarcar-se" do MUNAF através da organização súbita do MUD.
- ⁶⁴ Alexandre Babo, *Recordações de um caminheiro*, Lisboa, Editorial Escritor, Lisboa, 1993, p. 158 e Mário Soares, *Portugal amordaçado /Depoimento sobre os anos do fascismo*,... p. 61.
- ⁶⁵ *Idem*, *op. cit.* pp. 158 e 163. Veja-se também José Magalhães Godinho, in *Falas e Escritos Políticos*, Lisboa, Moraes Editores, 1981, p. 149.
- ⁶⁶ Vasco da Gama Fernandes, *op. cit.*, pp. 122-123.
- ⁶⁷ In *CRL*, p. 122.
- ⁶⁸ In "O Movimento de Unidade Democrática (1945)", (série de artigos publicados em Maio e Junho de 1974 no jornal *República*), in *Pela Liberdade*,... pp. 35-36.
- ⁶⁹ Alexandre Babo, *op. cit.*, p. 158.
- ⁷⁰ Sobre estas represálias veja-se Adolfo Casais Monteiro, *op. cit.*, pp. 39-41 e José Magalhães Godinho, "Como nasceu o MUD em 1945", in *História Contemporânea de Portugal/Ditadura: O Estado Novo//Do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães*, t.II. dir. por João Medina, Lisboa, Amigos do Livros, Editores, 1985, p. 78; *idem*, "Salazar, Franco Nogueira e o MUD" (1980), in *Pela Liberdade*,... pp. 76-80.
- ⁷¹ Mário Soares, *Portugal amordaçado /Depoimento sobre os anos do fascismo*,... p. 61 e

José Magalhães Godinho, "O Movimento de Unidade Democrática (1945)", *Pela Liberdade*,... pp. 50-51 e 56-47.

⁷² Carta de R. Lapa a Seabra Cascão, de 19 de Outubro de 1945 in *CRL*, p. 123.

⁷³ In *CRL*, p. 139.

⁷⁴ Carta de R. Lapa a Rodrigues Miguéis, de 20 de Setembro de 1947, in *CRL*, p. 164. Sobre a instabilidade sócio-política no imediato após-guerra e, especialmente, a tentativa de golpe de 10 de Abril de 1947, e a malograda revolta de 10 de Outubro de 1946 que o precedeu, veja-se D. Linda Raby, *op. cit.*, pp.35-37.

⁷⁵ Sobre o desenvolvimento desta candidatura veja-se Vasco da Gama Fernandes, *op. cit.*, pp. 132-137, Mário Soares, *Portugal amordaçado /Depoimento sobre os anos do fascismo*,... pp. 152-162 e D. Linda Raby, *op. cit.*, pp. 37-42. O "Manifesto de Norton de Matos à Nação" (1948) pode ler-se na *História Contemporânea de Portugal/Ditadura: O Estado Novo/Do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães*, t.II. dir. por João Medina, Lisboa, Amigos do Livros, Editores, 1985, pp. 81-84.

⁷⁶ Alexandre Babo, *op. cit.*, p. 175.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ In *Diário de Lisboa*, 5 de Janeiro de 1949 e "Em prol da Democracia, II" (artigo publicado no jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*, em 14 de Julho de 1949), in *AMR*, pp. 87-88. Veja-se também a sua entrevista ao *Diário de Notícias*, em 1977, incluída no livro *AMR*, p. 293

⁷⁹ In *Diário de Lisboa*, 8 de Janeiro de 1949.

⁸⁰ Rodrigues Lapa, "Em prol da Democracia, I"(artigo de 10 de Julho de 1949 publicado n' *O Estado de S. Paulo*), in *AMR*, p. 84.

⁸¹ *Ibidem*, pp. 81-82; idem, "Em prol da Democracia, V" (artigo publicado no jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*, de 23 de Julho de 1949), in *AMR*, pp. 107-109; idem, "Em prol da Democracia, VI" (artigo publicado no jornal brasileiro *O Estado de S. Paulo*, de 24 de Julho de 1949), in *AMR*, pp. 113 e 115-116.

⁸² Idem, "Em prol da Democracia, III" (artigo de 17 de Julho de 1949 publicado n' *O Estado de S. Paulo*), in *AMR*, p. 94.

⁸³ Mário Soares, *Portugal amordaçado /Depoimento sobre os anos do fascismo*,... pp. 166-67. Estas clivagens políticas internacionais irão reflectir-se no interior da família socialista, cujas posições atlantistas e centristas não só conduzirão ao seu ofuscamento e distanciamento da cena política, como contribuirão para reforçar, ainda que indirectamente, o indiscutível protagonismo do PCP na oposição ao salazarismo (idem, "Os Socialistas na Clandestinidade", in *PLL*, p. 52). Este antagonismo é, exemplarmente, testemunhado, por Manuel Mendes que se queixa a Rodrigues Lapa, em carta de 25 de Junho de 1949, da "histeria" anti-comunista que grassava em Portugal e que atingira a própria *Seara Nova*, como o demonstrava a atitude de Câmara Reys, ao negar-lhe o direito de resposta na *Seara* em desagravo das ofensas que nela lhe dirigira Sant'Anna Dionísio (in *CRL*, pp. 186-87).

⁸⁴ Mário Soares, *Portugal amordaçado /Depoimento sobre os anos do fascismo*,... p. 169.

⁸⁵ *Ibidem*, pp. 169-170.

⁸⁶ *Ibidem*. Sobre as ligações do MND ao PCP veja-se D. Linda Raby, *op. cit.*, pp. 42-48.

- ⁸⁷ Carta de Lapa a Pinto Gonçalves, de 3 de Novembro de 1949, in *CRL*, pp. 187-88.
- ⁸⁸ *Ibidem*, p. 188.
- ⁸⁹ *Ibidem*, pp. 187-89.
- ⁹⁰ D. Linda Raby, *op. cit.*, p. 45.
- ⁹¹ In "Os Socialistas na Clandestinidade", in *LPP*, p. 52.
- ⁹² Apud na entrevista de Lapa ao *Diário de Notícias*, 1977, in *AMR*, p. 294.
- ⁹³ In *CRL*, pp. 266, 269-70 277.
- ⁹⁴ Carta de 7 de Junho de 1957 a Celso Ferreira da Cunha, in *CRL*, p. 276 e Adolfo Casais Monteiro, *op. cit.*, p. 130.
- ⁹⁵ In *CRL*, pp. 282-83 Assinale-se que no "acto eleitoral" de 3 de Novembro, pela primeira vez, na história da Oposição, a lista de Braga (ao contrário das demais) deliberou ir até ao fim.
- ⁹⁶ Mário Soares, "Os Socialistas na Clandestinidade", in *LPP*, p. 52.
- ⁹⁷ Carta de R. Lapa a Sarmento Pimentel, de 2 de Janeiro de 1963, in *Sarmento Pimentel ou uma geração traída...* pp. 274-75.
- ⁹⁸ Carta ao Presidente da *Unidade Democrática Portuguesa*, de 8 de Abril de 1962 in *CRL*, p. 295.
- ⁹⁹ Rodrigues Lapa, *AMR*, p. 187 e Mário Soares, "Os Socialistas na Clandestinidade", in *LPP*, pp. 56-57.
- ¹⁰⁰ Carta de Rodrigues Lapa a Sottomayor Cardia, de 23 de Janeiro de 1975 in *CRL*, pp. 349-50 e Rodrigues Lapa, "Discurso em Aveiro, no dia 6 de Abril de 1975", in *AMR*, p. 243; idem, "Discurso proferido no Comício do Partido Socialista Português" (em 11 de Abril de 1975), in *AMR*, pp. 248-49.
- ¹⁰¹ Carta a Câmara Reys, de 18 de Outubro de 1945, in *CRL*, p. 123 e idem, "Na abertura do II Congresso Republicano de Aveiro" (1969), in *AMR*, p. 187.
- ¹⁰² Carta de R. Lapa a Câmara Reys, de 15 de Março de 1939, in *CRL*, p. 93.
- ¹⁰³ Carta de Rodrigues Lapa a Rodrigues Miguéis de 20 de Setembro de 1947, in *CRL*, p. 164. Sobre o que pensava Lapa da civilização americana veja-se a sua carta a Rodrigues Miguéis de 2 de Novembro de 1948, in *CRL*, p. 176.
- ¹⁰⁴ Carta de R. Lapa a Joaquim de Carvalho, de 4 de Novembro de 1954, in *CRL*, p. 238.
- ¹⁰⁵ Rodrigues Lapa, *AMR*, p. 303; idem, "Discurso proferido no Comício do Partido Socialista Português" (em 11 de Abril de 1975), in *AMR*, p. 243.
- ¹⁰⁶ Idem, "O socialismo democrático em Sangalhos" (comício de Sangalhos, de 2 de Abril de 1976), in *AMR*, pp. 268-69.
- ¹⁰⁷ Idem, "Eleições Legislativas" (Abril de 1976), in *AMR*, pp. 273-74.
- ¹⁰⁸ Carta de R. Lapa a Vasco Martins, de 19 de Outubro de 1974, in *CRL*, p. 349.
- ¹⁰⁹ Carta a Mário de Sotto Mayor Cardia, de 23 de Janeiro de 1975, in *CRL*, p. 350 e idem, "O socialismo democrático em Sangalhos" (comício de Sangalhos, de 2 de Abril de 1976), in *AMR*, p. 268.

¹¹⁰ Rodrigues Lapa, "A liberdade tem muito que se lhe diga" (publicado no jornal *Bairrada Popular*, de Outubro de 1976), in *AMR*, p. 278.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² Idem, "Eleições Legislativas" (1976), in *AMR*, p. 272.

¹¹³ Idem, "Discurso em Aveiro, no dia 6 de Abril de 1975", in *AMR*, p. 245 e veja-se, também, de R. Lapa, "O socialismo democrático em Sangalhos" (comício de Sangalhos, de 2 de Abril de 1976), in *AMR*, pp. 269.

¹¹⁴ In *CRL*, p. 129.

¹¹⁵ Rodrigues Lapa, "Discurso proferido no Comício do Partido Socialista Português" (em 11 de Abril de 1975), in *AMR*, p. 251. Veja-se Mário Soares, "Os socialistas na Clandestinidade", in *LPP*, p. 50.

¹¹⁶ *Ibidem*, pp. 247-48 e 251.

¹¹⁷ In *CRL*, p. 304.

¹¹⁸ Rodrigues Lapa, "Liberdade, meu amor e minha dôr" (publicado no jornal *A Tarde*, de 25 de Agosto de 1983), in *AMR*, pp. 301-302.

¹¹⁹ Idem, "O socialismo democrático em Sangalhos" (comício de Sangalhos, de 2 de Abril de 1976), in *AMR*, p. 269.

¹²⁰ Idem, "Eleições Legislativas" (1976), in *AMR*, pp. 275-76 e idem, "A liberdade tem muito que se lhe diga" (publicado no jornal *Bairrada Popular*, de Outubro de 1976), in *AMR*, pp. 278-79.

¹²¹ Mário Soares, "Os Socialistas na Clandestinidade", in *LPP*, pp. 50-5. Sobre o PS na década de 30, veja-se José Magalhães Godinho, "A União Socialista e as outras organizações socialistas" (entrevista publicada no *Diário de Notícias*, de 1 de Maio de 1984), in *Pela Liberdade*,... pp. 81-83.

¹²² Rodrigues Lapa, "Na abertura do II Congresso Republicano de Aveiro" (1969), in *AMR*, p. 187 e idem, "Discurso em Aveiro, no dia 6 de Abril de 1975", in *AMR*, p. 243.

¹²³ Idem, "O socialismo democrático em Sangalhos", (Comício de Sangalhos, em 22 de Abril de 1976), in *AMR*, pp. 264-65.

¹²⁴ In "Os Socialistas na Clandestinidade", in *LPP*, p. 70.

¹²⁵ *Ibidem*. Veja-se José Magalhães Godinho, "Resposta a uma Carta/A Sociedade sem classes" (publicado no *Portugal Socialista* de 24 de Junho de 1975), in *Falas e Escritos Políticos*, Lisboa, Moraes Editores, 1983, pp. 21-22.

¹²⁶ Rodrigues Lapa, "Considerações sobre a violência" (1 de Março de 1974), in *AMR*, pp. 238.

¹²⁷ *Ibidem*.

¹²⁸ *Ibidem*, pp. 236 e 238.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 237.

¹³⁰ Idem, "Na abertura do II Congresso Republicano de Aveiro" (1969), in *AMR*, p. 192. O mesmo defendeu Mário Soares na alocução "A Revolução do 25 de Abril", in *LPP*, p. 86 e

no Relatório por ele apresentado ao 1.º Congresso do Partido Socialista (na legalidade) em Dezembro de 1974 (in *LPP*, p. 109).

¹³¹ Carta de Rodrigues Lapa a Pinto Gonçalves, de 3 de Novembro de 1949, in *CRL*, p. 187.

¹³² Idem, "Discurso proferido no Comício do Partido Socialista Português" (em 11 de Abril de 1975), in *AMR*, p. 251.

¹³³ *Ibidem*, p. 251-52.

¹³⁴ Idem, "O socialismo democrático em Sangalhos" (comício de Sangalhos, de 2 de Abril de 1976), in *AMR*, p. 265. Coincidente com Lapa acerca do princípio da autogestão, como condição do socialismo em liberdade, é José Magalhães Godinho, como pode ver-se pela sua "Resposta a uma Carta/A Sociedade sem classes", publicado no *Portugal Socialista* de 24 de Junho de 1975, in *Falas e Escritos Políticos*, (Lisboa, Moraes Editores, 1983, pp. 22-23) e no seu texto "A Formação das Instituições Democráticas" (Maio de 1974), in *Pela Liberdade...* pp. 241-242.

135 *Ibidem*.

¹³⁶ *Ibidem*.

¹³⁷ *Ibidem*, pp. 265-266.

¹³⁸ *Ibidem*.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 266.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 267.

¹⁴¹ Apud *ibidem*, pp. 267-68.

¹⁴² *Ibidem*, p. 268.

¹⁴³ Mário Soares, "A Revolução Portuguesa, o P.S. e o Futuro", in *LPP*, p. 13.

¹⁴⁴ Rodrigues Lapa, "O socialismo democrático em Sangalhos" (comício de Sangalhos, de 2 de Abril de 1976), in *AMR*, p. 266.

¹⁴⁵ In *LPP*, p. 105.

¹⁴⁶ Mário Soares, "A Revolução Portuguesa, o P. S. e o Futuro" (1976), in *LPP*, p. 14.

¹⁴⁷ In *CRL*, p. 122 e R. Lapa, "Eleições Legislativas" (1976), *AMR*, pp. 271-72; idem, "A Liberdade tem muito que se lhe diga" (1976), in *AMR*, p. 281.

¹⁴⁸ In *CRL*, pp. 382-83.

¹⁴⁹ Rodrigues Lapa, "Eleições legislativas" (Abril de 1976), in *AMR*, p. 273.

¹⁵⁰ Carta de R. Lapa a Mário Sottomayor Cardia, in *CRL*, p. 350.